



ANEXO IV – MAPA ANALÍTICO

ITEM	OBJETO	CORONEL FABRICIANO-MG	PARA DE MINAS-MG	BOM DESPACHO-MG	PARACATU-MG	PREÇO MÉDIO
		CNPJ: 19.875.046/0001-82	CNPJ: 18.313.817/0001-85	CNPJ: 18.301.002/0001-86	CNPJ: 18.278.051/0001-45	
1	Disponibilização, em regime de locação, de solução integrada de gestão pública (ERP – <i>Enterprise Resource Planning</i>) em plataforma web, no modelo SaaS (<i>Software as a Service</i>), responsiva e com arquitetura multientidade, destinada ao uso simultâneo, porém independente, pela Prefeitura Municipal de Cataguases e pela Câmara Municipal de Cataguases. A contratação compreenderá, além das licenças de uso para usuários ilimitados, os serviços de implantação, migração assistida de dados, parametrização, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como a hospedagem da solução em Data Center certificado.	R\$ 3.450.800,00	R\$ 3.854.161,39	RS 5.662.717,90	R\$ 6.439.035,51	R\$ 4.851.678,70



Documento assinado digitalmente
FABRÍCIO ANDRADE CRUZ
Data: 17/10/2025 10:51:12-0300
Verifique em <https://validar3f1.gov.br/>

Fabício Andrade Cruz
Elaboração do Mapa Analítico

Consulta de Contratos

Contrato:	473/2023	Modalidade:	PE - PREGÃO ELETRÔNICO - 1
Início:	15/12/2023	Vigência:	14/12/2025
Fornecedor:	J BRASIL SISTEMAS LTDA [12.973.722/0001-01]		
Data da assinatura:	08/12/2023	Processo:	130/2023
Valor inicial:	3.092.800,00	Total de aditivos:	6.439.035,51
		Valor inicial + Aditivos:	3.222.755,51
Descrição:	SERVIÇOS	Categoria:	Contrato de Serviços
Situação:	Ativo	Motivo:	
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA IMPLANTAR E LICENCIAR O USO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA INTEGRADOS.		
Processo licitatório:	162/2023		

AditamentosPublicaçõesEmpenhosItens do contratoGestores/Fiscais

Aditivo	Razão do aditamento	Valor aditivo	Fornecedor alterado
	O PRESENTE		
	TERMO		
	ADITIVO DE		
	RENOVAÇÃO		
	DE		
	VIGÊNCIA		
	ENCONTRA-		
	SE		
2	JUSTIFICADO	3.163.360,00	
	NO PARECER		
	JURÍDICO		
	ACOSTADO		
	AOS AUTOS		
	DO		
	PROCESSO		
	FINANCEIRO		
	Nº5208/2023		
	O PRESENTE		
	TERMO		
	ADITIVO DE		
	ACRÉSCIMO		
	DE 1,71%		
	ENCONTRA-		
	SE		
1	JUSTIFICADO	52.920,00	
	NO PARECER		
	JURÍDICO		
	ACOSTADO		
	AOS AUTOS		
	DO		
	PROCESSO.		

1	O REAJUSTE CONTRATUAL FUNDAMENTA- SE NO ART. 65, II, ALÍNEA "d" DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.	3.222.755,51
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

Consulta de Contratos

Contrato:

473/2023

Modalidade:

PE - PREGÃO ELETRÔNICO - 1

Início:

15/12/2023

Vigência:

14/12/2025

Fornecedor:

J BRASIL SISTEMAS LTDA [12.973.722/0001-01]

Data da assinatura:

08/12/2023

Processo:

130/2023

Valor inicial:

3.092.800,00

Total de aditivos:

6.439.035,51

Valor inicial + Aditivos:

3.222.755,51

Descrição:

SERVIÇOS

Categoria:

Contrato de Serviços

Situação:

Ativo

Motivo:

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA IMPLANTAR E LICENCIAR O USO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA INTEGRADOS.

Processo licitatório:

162/2023

AditamentosPublicaçõesEmpenhosItens do contratoGestores/Fiscais

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Total
5	SERVIÇOS DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO DOS USUÁRIOS, COM PRESENCIA CONTÍNUA DE 5 (CINCO) TÉCNICOS RESIDENTES PARA ATENDIMENTO DE FORMA PRESENCIAL	29.400,00	12,00	352.800
6	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA	15.000,00	1,00	15.000
4	SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMAS	25.000,00	1,00	25.000
3	SERVIÇOS DE TREINAMENTO DURANTE IMPLANTAÇÃO E RECICLAGEM NO PERÍODO POSTERIOR (SEM LIMITE DE PARTICIPAÇÃO) DE SERVIDORES	120,00	1.000,00	120.000
2	PROVIMENTO DE HOSPEDAGEM EM NUVEM COM PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP DIÁRIO	23.000,00	12,00	276.000
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC – SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO	192.000,00	12,00	2.304.000



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO-MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
(Processo Administrativo nº 154/2023)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2024,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BOM
DESPACHO-MG, E IPM SISTEMAS LTDA

O MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 18.301.002/0001-86, com sede à Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, 35630-302, Bom Despacho-MG, neste ato devidamente representado pelo Assessor de Inovação Tecnológica, Sr. Wallace Campos Rodrigues, inscrito no CPF sob o nº 859.251.016-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41 com sede na cidade de Florianópolis-SC, à Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86, 6º andar, Torre Sunden B. A, bairro Centro, 88010-020, telefone: (48) 3031-7500, e-mail: licitacoes@ipm.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Aldo Luiz Mees, inscrito no CPF sob o nº 292.867.519-15, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 154/2023, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 63/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de sistema de gestão pública integrada, no modo locação de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento de tais sistemas, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center e todas as demais condições constantes nos Anexos I, II e III do Estudo Técnico Preliminar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição / Especificações mínimas	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Global
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA				
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Serviço	R\$ 6.768,00	R\$ 6.768,00
1.2	Serviços de Configuração	1	Serviço	R\$ 13.348,00	R\$ 13.348,00
1.3	Serviços de Conversão e Migração de informações e dados	1	Serviço	R\$ 10.998,00	R\$ 10.998,00
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Serviço	R\$ 7.652,00	R\$ 7.652,00
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS				
2.1	Serviços de treinamento presencial in loco	1	Serviço	R\$ 6.768,00	R\$ 6.768,00



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



2.2	Serviços de treinamento remoto online	1	Serviço	R\$ 3.384,00	R\$ 3.384,00
3	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO				
3.1	Planejamento e Orçamento	60	Meses	R\$ 1.292,00	R\$ 77.520,00
3.2	Escriuração contábil, Execução financeira e P. Contas	60	Meses	R\$ 3.831,00	R\$ 229.860,00
3.3	Controle interno	60	Meses	R\$ 1.052,00	R\$ 63.120,00
3.4	Pessoal e Folha de pagamento	60	Meses	R\$ 2.954,00	R\$ 177.240,00
3.5	Segurança e Saúde do Servidor	60	Meses	R\$ 316,00	R\$ 18.960,00
3.6	Ponto eletrônico	60	Meses	R\$ 1.034,00	R\$ 62.040,00
3.7	Compras e licitações	60	Meses	R\$ 1.711,00	R\$ 102.660,00
3.8	Inclusão e controle de contratos	60	Meses	R\$ 284,00	R\$ 17.040,00
3.9	Patrimônio	60	Meses	R\$ 1.282,00	R\$ 76.920,00
3.10	Almoxarifado	60	Meses	R\$ 455,00	R\$ 27.300,00
3.11	Controle de frota e combustíveis	60	Meses	R\$ 1.142,00	R\$ 68.520,00
3.12	Gestão de Procuradoria	60	Meses	R\$ 1.463,00	R\$ 87.780,00
3.13	Portal da transparência	60	Meses	R\$ 1.178,00	R\$ 70.680,00
3.14	Portal de serviços e autoatendimento	60	Meses	R\$ 1.073,00	R\$ 64.380,00
3.15	Gestão de Serviços Públicos	60	Meses	R\$ 575,00	R\$ 34.500,00
3.16	Processo digital	60	Meses	R\$ 1.841,00	R\$ 110.460,00
3.17	Memorando	60	Meses	R\$ 1.841,00	R\$ 110.460,00
3.18	Fiscalização fazendária	60	Meses	R\$ 1.013,00	R\$ 60.780,00
3.19	Escrita fiscal eletrônica	60	Meses	R\$ 1.456,00	R\$ 87.360,00
3.20	Nota fiscal eletrônica de serviços	60	Meses	R\$ 3.717,00	R\$ 223.020,00
3.21	Gestão da Arrecadação	60	Meses	R\$ 1.653,00	R\$ 99.180,00
3.22	Gestão de IPTU e taxas	60	Meses	R\$ 1.914,00	R\$ 114.840,00
3.23	Gestão de ITBI e taxas	60	Meses	R\$ 329,00	R\$ 19.740,00
3.24	Gestão do ISS e Taxas	60	Meses	R\$ 1.077,00	R\$ 64.620,00
3.25	Gestão de Receitas diversas	60	Meses	R\$ 337,00	R\$ 20.220,00
3.26	Simples Nacional	60	Meses	R\$ 754,00	R\$ 45.240,00



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



3.27	Gestão de Obras e posturas	60	Meses	R\$ 696,00	R\$ 41.760,00
3.28	Gestão da Dívida ativa	60	Meses	R\$ 1.336,00	R\$ 80.160,00
3.29	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	60	Meses	R\$ 1.762,00	R\$ 105.720,00
3.30	Domicílio Eletrônico	60	Meses	R\$ 819,00	R\$ 49.140,00
3.31	Gestão de Cemitérios	60	Meses	R\$ 1.237,00	R\$ 74.220,00
3.32	Ouvidoria	60	Meses	R\$ 235,00	R\$ 14.100,00
4	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BOM DESPACHO - BDPREV				
4.1	Planejamento e Orçamento	60	Meses	R\$ 174,00	R\$ 10.440,00
4.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	60	Meses	R\$ 760,00	R\$ 45.600,00
4.3	Pessoal e Folha de pagamento	60	Meses	R\$ 932,00	R\$ 55.920,00
4.4	Segurança e Saúde do Servidor	60	Meses	R\$ 82,00	R\$ 4.920,00
4.5	Compras e licitações	60	Meses	R\$ 530,00	R\$ 31.800,00
4.6	Inclusão e controle de contratos	60	Meses	R\$ 94,00	R\$ 5.640,00
4.7	Patrimônio	60	Meses	R\$ 347,00	R\$ 20.820,00
4.8	Controle de frota e combustíveis	60	Meses	R\$ 250,00	R\$ 15.000,00
4.9	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	60	Meses	R\$ 329,00	R\$ 19.740,00
4.10	Portal de serviços e autoatendimento	60	Meses	R\$ 141,00	R\$ 8.460,00
4.11	Portal da transparência	60	Meses	R\$ 227,00	R\$ 13.620,00
5	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO				
5.1	Planejamento e Orçamento	60	Meses	R\$ 312,00	R\$ 18.720,00
5.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	60	Meses	R\$ 1.072,00	R\$ 64.320,00
5.3	Pessoal e Folha de pagamento	60	Meses	R\$ 919,00	R\$ 55.140,00
5.4	Segurança e Saúde do Servidor	60	Meses	R\$ 108,00	R\$ 6.480,00
5.5	Compras e licitações	60	Meses	R\$ 427,00	R\$ 25.620,00
5.6	Inclusão e controle de contratos	60	Meses	R\$ 235,00	R\$ 14.100,00



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



5.7	Patrimônio	60	Meses	R\$ 435,00	R\$ 26.100,00
5.8	Controle de frota e combustíveis	60	Meses	R\$ 413,00	R\$ 24.780,00
5.9	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	60	Meses	R\$ 395,00	R\$ 23.700,00
5.10	Portal de serviços e autoatendimento	60	Meses	R\$ 179,00	R\$ 10.740,00
5.11	Portal da transparência	60	Meses	R\$ 347,00	R\$ 20.820,00
6	DATA CENTER DO SISTEMA				
6.1	Gestão e provimento de data center (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp)	60	Meses	R\$ 11.060,00	R\$ 663.600,00
6.2	Melhoria de link	1	Mbps	R\$ 150,00	R\$ 150,00
6.3	Melhoria de processador	1	vCPU	R\$ 151,00	R\$ 151,00
6.4	Melhoria de memória	1	GB	R\$ 59,00	R\$ 59,00
6.5	Melhoria de HD – Banco de Dados	1	GB	R\$ 56,00	R\$ 56,00
6.6	Melhoria de HD – Backup	1	GB	R\$ 64,00	R\$ 64,00
6.7	Melhoria de HD – Imagens/Arquivos	1	GB	R\$ 53,00	R\$ 53,00
7	SERVIÇOS DE UNIFICAÇÃO DE BASES DE DADOS				
7.1	Unificação de Bases para atendimento do Decreto 10.540/2020 - SIAFIC	1	Serviço	R\$ 23.592,22	R\$ 23.592,22
8	SERVIÇOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA)				
8.1	Reserva Técnica (Intervenção no banco de dados, Customização de módulos, Customização de integrações, Customização de relatórios e Geração de arquivos).	4000	Hora	R\$ 291,00	R\$ 1.164.000,00
TOTAL:					R\$ 4.922.663,22

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, limitada a vigência total a 15 (quinze) anos, na forma dos artigos 106 e 114 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, na seguinte condição:

4.1.1. Poderá ser subcontratada a seguinte parcela do objeto:

4.1.1. Estrutura de data center.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 4.922.663,22 (quatro milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos).



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/09/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice oficial de inflação (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades operacionais e condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes à execução dos serviços.
- b) Disponibilizar para a CONTRATADA, a tempo e modo, todas as informações, documentos ou quaisquer outras solicitações necessárias à defesa de matérias do seu interesse.
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- d) Juntar toda a documentação relativa à execução do contrato, bem como os boletins de medição, notificações, advertências e demais informações relevantes de registro da execução do objeto do contrato.
- e) Efetuar o pagamento, nos termos contratuais, após o recebimento e aceitação do objeto.
- f) Proceder às retenções de tributos ou outros encargos fiscais previstos em Lei, e que por



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



força desta, se lhe impõe tal atribuição, devendo providenciar o repasse ao órgão ou entidade credora na forma e condições previstas na legislação de regência.

- g) Emitir Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- h) Dispor de equipamentos de informática adequados para instalação e operacionalização do sistema e programas locados;
- i) Cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;
- j) Não permitir que pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA tenham acesso aos softwares e sistema de informações de sua propriedade, bem como somente permitir acesso aos softwares, de técnicos com identificação e credencial da CONTRATADA e munidos da respectiva ordem de serviço ou documento que o substitua, emitido pela CONTRATADA, vedação esta que não se aplica a consultores, auditores e peritos habilitados, respaldados por vínculo jurídico com a CONTRATANTE, além de outros usuários devidamente habilitados por questões justificadas e mediante controle de acesso.
- k) Em razão da legislação aplicável de Direitos Autorais sobre Software (Lei nº 9.609/99), a CONTRATANTE não poderá ceder ou sublocar os sistemas/programas contratados, sem prévia anuência da CONTRATADA, bem como não serão hospedados em data center de terceiros alheios ao conhecimento desta;
- l) Disponibilização dos backups em formato legível das atuais bases de dados, e a posterior conferência dos dados para realização da migração por parte da contratada;
- m) Saneamento/correção dos dados com a orientação da equipe de migração de dados da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Executar os serviços dentro de assentados conceitos éticos e de boa técnica, envidando todos os esforços no sentido de melhor atingir os objetivos da contratação.
- b) Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse do CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem a probidade administrativa.
- c) Responder integralmente, tanto pela reparação de quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, como também pela reparação ou indenizações devidas ao seu pessoal, empregado ou contratado, ou ainda a terceiros, por acidentes ou doenças, quando decorrentes da execução do objeto deste Contrato, resultantes de ação ou omissão de atos de sua responsabilidade.
- d) Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE.
- e) Zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços ora contratados, dando-lhes tratamento reservado.
- f) Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhistas,



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE.

- g) Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo termo contratual.
- h) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência de falhas ou impropriedades que possam comprometer a execução dos serviços contratados.
- i) Solicitar ao CONTRATANTE, a tempo e modo, quaisquer providências necessárias para assegurar, de forma eficaz e eficiente, a execução do objeto deste contrato.
- j) Não assumir qualquer responsabilidade ou obrigação em nome do CONTRATANTE, sem que para isso esteja prévia e formalmente autorizado.
- k) Corrigir, as suas expensas, no total ou em parte, e a qualquer tempo durante a vigência do contrato, qualquer aspecto do seu objeto quando verificadas omissões, vícios, defeitos, incorreções ou necessidades específicas do CONTRATANTE correlacionadas à sua execução: A licitante deverá observar que as solicitações, pedidos de Suporte e Resolução dos Incidentes, deverão se basear pela matriz GUT – Gravidade, Urgência e Tendência. Independente do tipo de atendimento e incluindo melhorias de Sistema.

GRAVIDADE (IMPACTO)	URGÊNCIA (PRAZO)	TENDÊNCIA (AGRAVAMENTO)	PRIORIDADE	TEMPORALIDADE
Muito Alto	Imediata	Piora Imediata	1	1 Hora
Alto	Urgência Média	Piora Rápida	2	4 Horas
Médio	Urgência Baixa	Piora Lenta	3	2 Dias
Baixo	Normal	Piora Muito Lenta	4	5 Dias
Muito Baixo	Pode Aguardar	Piora Estagnada	5	10 Dias

- l) Entende-se por Manutenção corretiva (erros de software), aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração e outras anomalias conhecidas no jargão técnico como “erros de software”.
- m) Entende-se por Manutenção de ordem legal aquela originada em mudanças na legislação federal, estadual e municipal, bem como nas normas infralegais dos entes da federação, envolvendo ainda as exações regulamentares dos órgãos de controle externo, tais como Tribunal de Contas, Receita Federal, Ministérios, Secretarias de Estado, Ministério Público, dentre outros, independente de transcrição na lista de usuários, que afetem todos os módulos contratados, durante a vigência contratual e dentro dos prazos estabelecidos pela mencionada legislação, sem prejuízos à operação do sistema.
- n) Garantir a execução do objeto contratado, obedecidas às disposições legislativas vigentes e dentro dos parâmetros de rotina estabelecidos, responsabilizando-se integralmente pela entrega dos bens objeto do presente ajuste, bem como seguir o cronograma previamente estabelecido entre as partes.
- o) Atender 100% dos requisitos e funcionalidades essenciais e 80% dos requisitos e funcionalidades não essenciais constantes nos anexos II e III do ETP.
- p) Para cada um dos módulos aplicativos, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: entrega, instalação e configuração do módulo aplicativo; customização inicial do módulo aplicativo; adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos; parametrização inicial de tabelas e cadastros; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela municipalidade; ajuste nas precedências de cálculo, quando mais



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

- q) Conversão e Migração de dados históricos: Migração de dados que a contratante disponibilizar dos seguintes sistemas atualmente utilizados pelo Município base de dados armazenada: Sistema de Tributação; Sistema de Contabilidade; Sistema de Pessoal; Sistema de Materiais (compras, licitação, almoxarifado, patrimônio e frotas); Sistema de Protocolo e Controle de Processos; Controle interno; Portal da Transparência; Nota fiscal eletrônica.
- r) Capacitação dos Usuários: Esta etapa compreende na execução de um programa de treinamento destinado à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos módulos que integram o Sistema. Os eventos de treinamento serão ministrados, nas dependências da prefeitura, ou outro local a ser definido em conjunto com a empresa contratada, segundo cronogramas estabelecidos em conjunto com a administração municipal. O programa de treinamento deverá contemplar, por curso: carga horária, conteúdo programático, metodologia e recursos didáticos, de forma a capacitar um número suficiente de usuários. O prazo para a capacitação dos servidores deverá ser de no máximo 60(sessenta) dias, a contar da emissão da ordem de serviço. Os níveis de conhecimentos dos treinandos deverão compreender: a) Conhecimento e habilidade para o uso de todas as funções dos módulos pertencentes a sua área de responsabilidade; b) noção de estrutura de arquivos e banco de dados; c) conhecimento e habilidade para realizar as configurações a serem usadas nas fórmulas de cálculo dos módulos aplicativos; d) conhecimento e habilidade para o uso das rotinas de segurança, de backup e de restauração; e) conhecimento e habilidade para o uso das rotinas de simulação e de reprocessamento. O programa de treinamento deverá respeitar no mínimo a carga horária disposta a seguir: A carga horária poderá ser ajustada para atender necessidade de capacitação operacional dos softwares a serem fornecidos. Considerar o período mínimo constante da tabela para as atividades de treinamento em Centro de Treinamento e de acompanhamento interno, para esclarecimento de dúvidas que aparecerem na operação inicial.
- s) A Contratante, a seu exclusivo critério, durante o período de vigência do contrato, poderá requerer, à Contratada, a presença de técnicos para sanar problemas eventuais alheios aos sistemas objeto desta licitação, em suas dependências, mas que de algum modo esteja prejudicando o bom funcionamento dos sistemas. Os serviços técnicos eventuais nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Despacho se darão quando da impossibilidade de se resolver através de acesso remoto, suporte por telefone, serviços de mensagem instantânea ou por e-mail. Só será permitido atendimento local, por solicitação do encarregado pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e para tanto será remunerada conforme o item 4 do Termo de Referência.
- t) A Contratante, a seu exclusivo critério, durante o período de vigência do contrato, poderá requerer, à Contratada, a presença de técnicos para sanar problemas eventuais relativos aos sistemas objeto desta licitação, em suas dependências. Os serviços técnicos eventuais nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Despacho se darão quando da impossibilidade de se resolver através de acesso remoto, suporte por telefone, serviços de mensagem instantânea ou por e-mail. Só será permitido atendimento local, por solicitação do encarregado pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e por ser problema inerente ao objeto do contrato, todas as despesas inerentes à visita técnica correrão às expensas da contratada. O não atendimento a este item, nos prazos estabelecidos no item 10.12 do Termo de Referência caracterizará inexecução parcial do contrato e ensejará as sanções administrativas cabíveis.
- u) Exercer a manutenção corretiva do Sistema para adaptação às alterações mencionadas



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



nos anexos do ETP.

- v) O data center a ser fornecido deverá ser suficiente para manter as informações controladas para acesso em tempo real por no mínimo 2 (dois) anos, inclusive os logs de uso, podendo as informações de períodos anteriores serem armazenadas em backups;
- w) Para garantir segurança e disponibilidade o ambiente computacional oferecido deverá conter, no mínimo, recursos suficientes ao processamento e ao armazenamento de informações a serem controladas com o sistema de gestão ofertado, dentre eles: Links de internet redundantes; Fontes de energia redundantes, no mínimo uma de concessionária de energia e outra de grupo(s) de gerador(es); Hardwares redundantes; Tecnologia de virtualização; Administração 24 X 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).
- x) Prestar durante todo o período contratual atendimento de suporte técnico, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas, de segundas às sextas-feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:
 - Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
 - Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
 - Orientar os servidores na operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, licenças, mudanças de cargos, férias, etc.
 - Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.
- y) O atendimento técnico poderá ser realizado por telefone, CHAT (mensagem instantânea), VOIP, e-mail, internet, pelo próprio sistema, através de serviços de suporte remoto ou local, neste último caso, nas dependências da CONTRATANTE;
- z) A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei – Certidão Negativa de Tributos Municipais;
 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei – Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
 - prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- d) Multa:
 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.
 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 20% do valor do Contrato.
 - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157 da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (artigo 159 da Lei Federal nº 14.133/2021)

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (artigo 160 da Lei Federal nº 14.133/2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (artigo 161 da Lei Federal nº 14.133/2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.14. As penalidades referente à execução estão indicadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (artigo 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

02.03.04.126.0003.2008.333904002; CR: 59; Fonte: 1500

02.03.04.126.0003.2008.333904003; CR: 59; Fonte: 1500

02.03.04.126.0003.2008.333904005; CR: 59; Fonte: 1500

02.03.04.126.0003.2008.333904009; CR: 59; Fonte: 1500

02.03.04.126.0003.2008.333904011; CR: 59; Fonte: 1500

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (artigo 132 da Lei nº 14.133, de 2.021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Despacho-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Bom Despacho-MG, 9 de fevereiro de 2.024, 112º ano de emancipação do Município.

MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO – MG
Wallace Campos Rodrigues
CONTRATANTE

ALDO LUIZ
MEES:29286751915
IPM SISTEMAS LTDA
Aldo Luiz Mees
CONTRATADA

Assinado de forma digital por
ALDO LUIZ MEES:29286751915
Dados: 2024.02.16 09:42:23 -03'00'

Testemunhas

Nome: TAMARA
CPF: MEDEIROS
FERREIRA

Assinado de forma
digital por TAMARA
MEDEIROS FERREIRA
Dados: 2024.02.15
17:49:52 -03'00'

Nome:
CPF:



Assinado digitalmente por:
WALLACE CAMPOS
RODRIGUES:85925101634



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0122/2021, FIRMADO EM 15/06/2021, REFERENTE AO PREGÃO Nº 051/2021, ENTRE O MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA " CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ".

Tendo em vista o permissivo no art. 65 da Lei 8.666/93, as partes de comum acordo, resolvem aditar o contrato supracitado mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.^a – Fica reajustado o valor do contrato em epígrafe, conforme índice IPCA em 3,93% (três vírgula, noventa e três por cento), conforme solicitação e planilha da Contratada, autorização do Controle Interno e do Chefe do Poder Executivo, com efeitos retroativos à 15/06/2024.

CLÁUSULA 2.^a – Em razão do reajuste ocorrido fica estabelecido o valor deste Termo Aditivo em R\$ 43.525,70 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), e via de consequência o valor contratual fica alterado para R\$ 1.184.650,94 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA 3.^a – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram modificadas por este instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

Pará de Minas (MG), data da assinatura eletrônica.

SERGIO LUCIO  assinado de forma digital

Sérgio Lúcio Cardoso
CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Elias Diniz
Prefeito
MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS
CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

Assinantes✓ **Renata Spíndola Mendonça de Lima**

Assinou em 07/08/2024 às 10:57:52 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Renata Spíndola Mendonça de Lima, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Bruno Soares de Souza**

Assinou em 08/08/2024 às 09:28:28 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Bruno Soares de Souza, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

OEX

4G0

GPZ

56G

Assinantes✓ **Andreia de Souza Reis Oliveira**

Assinou em 16/08/2024 às 14:00:51 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Andreia de Souza Reis Oliveira, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Marina Leite Oliveira Heidenreich**

Assinou em 16/08/2024 às 14:28:43 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Marina Leite Oliveira Heidenreich, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Elias Diniz**

Assinou em 16/08/2024 às 15:49:24 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Elias Diniz, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

7WL**N84****E49****206**



**CONTRATO N.º 0122/2021
PREGÃO N.º 051/2021
PROCESSO (PRC) N.º 301/2021**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS, com sede administrativa localizada na Praça Afonso Pena, n.º 30, bairro Centro, na cidade de Pará de Minas (MG), inscrito no CNPJ sob n.º 18.313.817/0001-85, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, **Sr. Elias Diniz**, portador do CPF n.º 547.483.306-78.

CONTRATADA: CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede na rua Arthur Itabirano, n.º 503, bairro São José, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP n.º 31.275-020, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.513.873/0001-51, neste ato representada pelo **Sr. Sérgio Lúcio Cardoso**, portador do CPF n.º 978.750.076-15 e Cédula de Identidade n.º 6.923.932.

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de contrato, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATADA obriga-se à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO POR MEIO DE LICENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB**, conforme descrição constante no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica estimado o valor global do presente contrato em **R\$ 935.560,00 (novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais)**, seguindo-se os valores unitários do Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, subsequentemente à prestação dos serviços, mediante aceite, termo de recebimento, ou documento equivalente, expedido pela Secretaria Municipal de Gestão Pública.

3.1.1 – A nota fiscal correspondente ao transcorrido mês de serviço prestado deverá ser entregue pela **CONTRATADA** à Secretaria de Gestão Pública, que, estando cumpridos todas as condições pactuadas, atestará a normalidade no recebimento dos serviços contratados e liberará a referida nota para pagamento.

3.1.2 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, e, posteriormente a liquidação.

3.2 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de Pará de Minas e a inscrição no CNPJ n.º 18.313.817/0001-85.

3.3 – A(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela **CONTRATADA** diretamente ao(s) servidor(es) lotado(s) na Secretaria(s) Municipal(is) Requisitante(s), que somente atestará(ão) a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) e liberará(ão) a(s) referida(s) nota(s) fiscal(is) para pagamento quando cumpridas pela **CONTRATADA** todas as condições pactuadas.

3.4 – Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(is) ou circunstância(s) que impeça(m) a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) à **CONTRATADA** pela(s) Secretaria(s) Municipal(ais) requisitante(s) e o(s) pagamento(s) ficará(ão) pendente(s) até que aquele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pará de Minas.



3.5 – O Município de Pará de Minas efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A.

3.6 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de Pará de Minas, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada *pro-rata die*.

CLÁUSULA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO/REAJUSTE

4.1 – O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da **CONTRATADA** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal n.º 8.666/93;

4.2 – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

4.3 – Os preços pactuados poderão ser reajustados anualmente, considerando a variação do IPCA ocorrida entre o mês de assinatura do contrato ou o mês do último reajuste aplicado e o mês de aplicação do reajuste, nos termos da legislação de regência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.03.04.122.0001.2.014-3.3.90.40-0073

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – O Município de Pará de Minas, através do servidor lotado na Secretaria Municipal, conforme descrito na tabela abaixo, exercerá a fiscalização do presente contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Nome	Secretaria
Tobias José Bueno de Oliveira	Controladoria Municipal
Thiago Santos Oliveira	Secretaria Municipal de Educação
Cintia da Silva Soares	Gabinete do Prefeito
Fabiana Cristina Garcia	Secretaria Municipal de Gestão Fazendária
Hedwiges Morato Marinho	Secretaria Municipal de Gestão Pública
Juliana Magela da Silva Nunes	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Bruno Soares de Souza	Procuradoria Municipal

6.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Pará de Minas em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto deste contrato.

6.3 – Fica(m) designado(s) como gestor(es) do respectivo contrato o(s) servidore(s) descrito(s) na tabela abaixo:



Nome	Secretaria
Andreia de Souza Reis	Secretaria Municipal de Gestão Pública

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

7.2 – A prestação de serviços deverá ser realizada em estrita observância às especificações do Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

7.2.1 – O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado caso se configure algumas das hipóteses elencadas no artigo 57 da Lei Federal de Licitações.

7.3 – Ao Município de Pará de Minas reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o serviço entregue em desacordo com o previsto neste contrato, podendo cancelar o mesmo e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.4 – A **CONTRATADA** é obrigada a substituir, de imediato e as suas expensas, os serviços em que se verificarem irregularidades.

7.5 – A vigência deste contrato será de **15/06/2021 à 14/06/2022**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 – O **CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado nas cláusulas segunda e terceira do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto do(s) responsável(eis) pela conferência do serviço e emissão de nota fiscal por parte da **CONTRATADA** e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e neste contrato.

8.2 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir o objeto do presente ao **CONTRATANTE**, de acordo com o estipulado neste instrumento.

8.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4 – A **CONTRATADA** fica responsável por todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do presente contrato, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.5 – A **CONTRATADA** deverá arcar com as despesas de transporte e carga/descarga do objeto quando da entrega, diretamente nos locais a serem indicados pelas Secretarias Municipais Requisitantes.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

9.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.2 – A **CONTRATADA**, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

9.3 – O presente contrato poderá ser prorrogado caso se configure algumas das hipóteses elencadas no artigo 57 da Lei Federal de Licitações.



CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Resguardados os procedimentos legais pertinentes, a Administração Pública Municipal aplicará penalidade(s) à **CONTRATADA** conforme a seguir:

10.1.1 – multa, nas seguintes hipóteses e percentuais:

- a) - se convocada, dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias**, deixar de assinar o instrumento contratual ou receber a nota de empenho, multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato;
- b) - se deixar de entregar documentação, se apresentar documentação falsa ou diversa da exigida no edital e na legislação pertinente, ou se não mantiver sua proposta sem justificativa aceita pela Administração Pública Municipal, multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato;
- c) - se retardar a execução contratual, total ou parcialmente, multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor total estimado do contrato até o limite de 02 (dois) dias úteis;
- d) - se deixar de executar ou retardar a execução contratual, total ou parcialmente, além do prazo de 02 (dois) dias úteis, multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato ou sobre o valor correspondente à obrigação que resta ser cumprida, conforme o caso;
- e) - se cometer falhas ou fraudes durante a execução do objeto, multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato.

10.1.2 – na hipótese de comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal suspensão temporária de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.3 – na hipótese de comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e descredenciamento do CRC Municipal, se credenciado for, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 – advertência por escrito, na hipótese de prática de atos de menor complexidade e que não resulte prejuízo para a Administração Pública Municipal.

10.2 – A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02, inclusive a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública Municipal.

10.3 – A multa aplicada deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Pará de Minas, junto à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação enviada pela Administração Pública Municipal.

10.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Pará de Minas em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

10.5 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Excelentíssimo Sr. Prefeito.

10.6 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.7 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77, 78 e art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Pará de Minas;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

11.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO COMPROMISSO

12.1 – A **CONTRATADA** obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Edital do Pregão n.º 051/2021, passando este a fazer parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

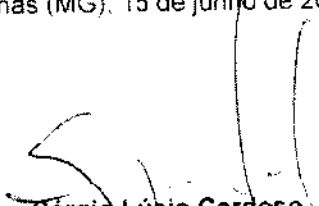
13.1 – Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal n.º 10.721/19.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Fica eleito o foro da comarca de Pará de Minas, estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

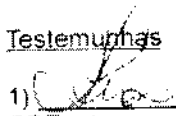
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, que a tudo presenciaram.

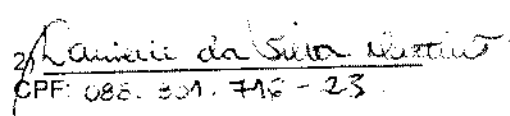
Pará de Minas (MG), 15 de junho de 2021.


Sérgio Lúcio Cardoso
Representante legal
CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E
SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA


Elias Diniz
Prefeito
MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS
CONTRATANTE

Testemunhas

1) 
CPF: 030.820.116-51

2) 
CPF: 088.301.716-23

AGE
GES5456
LVENCEU.665-864

MUNICIPIO DE PARA DE MINAS

33-4 Vencedores do Processo Compra - 2021

Pag. 0001
73 83 36
11 21 22

RELACAO DE PRODUTOS SELECIONADOS POR FORNECEDOR

PROCESSO.: PRC00301/21 PROCESSO DE LICITACAO GLOBAL LICITACAO: PRC 005121
FORNECEDOR: CMM SISTEMAS DE INFORMACAO E SERVICOS LTDA CODIGO: 20050 (RELATORIO POR ORDEM DE ESPECIALIDADE)

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	CODIGO	DISCRIMINACAO	COMPLEMENTO	VALOR UNIT. COTADO	VALOR COTADO
1	1,0000	SERVICOS	47025	SIST. PLANEJAMENTO GOVERNAMENT SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		1.800,0000	1.800,00
2	1,0000	SERVICOS	47026	SIST. CONTABILIDADE SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE CONTABILIDADE		7.200,0000	7.200,00
3	1,0000	SERVICOS	47027	SIST. TESOURARIA SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE TESOURARIA		2.800,0000	2.800,00
4	1,0000	SERVICOS	47028	SIST. GESTAO DE PESSOAL SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE GESTAO DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTOS		8.200,0000	8.200,00
5	1,0000	SERVICOS	47029	SIST. ATENDIMENTO SERVIDOR PUB SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR PUBLICO NA WEB		600,0000	600,00
6	1,0000	SERVICOS	47030	SIST. PONTO ELETRONICO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE PONTO ELETRONICO		900,0000	900,00
7	1,0000	SERVICOS	47031	SIST. ATENDIMENTO ESOCIAL SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ESOCIAL		400,0000	400,00
8	1,0000	SERVICOS	47032	SIST. COMPRAS, LIC. CONTRATATO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE COMPRAS, LICITCOES E CONTRATOS		6.000,0000	6.000,00
9	1,0000	SERVICOS	47033	SIST. ALMOXARIFADO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE ALMOXARIFADO		3.500,0000	3.500,00
10	1,0000	SERVICOS	47034	SIST. PATRIMONIO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE PATRIMONIO		4.400,0000	4.400,00
11	1,0000	SERVICOS	47035	SIST. GERENCIAMENTO DE FROTAS SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FROTAS		2.000,0000	2.000,00
12	1,0000	SERVICOS	47036	SIST. PROTOCOLO CONTROL. PROC. SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS		2.500,0000	2.500,00
13	1,0000	SERVICOS	47037	SIST. CONTROLE INTERNO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		800,0000	800,00
14	1,0000	SERVICOS	47038	SIST. TRIBUTACAO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE TRIBUTACAO		8.000,0000	8.000,00
15	1,0000	SERVICOS	47039	SIST. PORTAL DO CIDADAO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE PORTAL DO CIDADAO		600,0000	600,00
16	1,0000	SERVICOS	47040	SIST. GESTAO DE OBRAS			

CONTINUA

AGP
GES5456
LVENCEU.665-864

MUNICIPIO DE PARA DE MINAS

Pag. 0002
73 83 36
11 21 22

33-4 Vencedores do Processo Compra - 2021

RELACAO DE PRODUTOS SELECIONADOS POR FORNECEDOR

PROCESSO.: PRC00301/21 PROCESSO DE LICITACAO GLOBAL LICITACAO: PRC 005121
FORNECEDOR: CMM SISTEMAS DE INFORMACAO E SERVICOS LTDA CODIGO: 20050 (RELATORIO POR ORDEM DE ESPECIALIDADE)

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	CODIGO	DISCRIMINACAO	COMPLEMENTO	VALOR UNIT. COTADO	VALOR COTADO
				SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE GESTAO DE OBRAS		800,0000	800,00
17	1,0000	SERVICOS	47041	SIST. INDICADORES DE GESTAO SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE INDICADORES DE GESTAO		300,0000	300,00
18	1,0000	SERVICOS	47042	SIST. DE CUSTOS SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE CUSTOS		500,0000	500,00
19	1,0000	SERVICOS	47043	SIST. PORTAL DA TRANSPARENCIA SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARENCIA		600,0000	600,00
20	1,0000	SERVICOS	47044	SIST. GESTAO ESCOLAR SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE GESTAO ESCOLAR		8.500,0000	8.500,00
21	1,0000	SERVICOS	47045	SIST. GESTAO PROCURADORIA SERVICO DE MIGRACAO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA SISTEMA DE GESTAO DA PROCURADORIA		1.200,0000	1.200,00
22	12,0000	SERVICOS	47046	SIS. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL LOCACAO DE SISTEMA DE PLANJEMANETO GOVERNAMENTAL		1.650,0000	19.800,00
23	12,0000	SERVICOS	47047	SIS. DE CONTABILIDADE LOCACAO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE		6.800,0000	81.600,00
24	12,0000	SERVICOS	47048	SIS. DE TESOURARIA LOCACAO DE SISTEMA DE TESOURARIA		1.650,0000	19.800,00
25	12,0000	SERVICOS	47049	SIS. GESTAO DE PESSOAL LOCACAO DE SISTEMA DE GESTAO DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO		6.800,0000	81.600,00
26	12,0000	SERVICOS	47050	SIS. ATENDIMENTO SERVIDOR PUB. LOCACAO DE SISTEMA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR PUBLICO		1.240,0000	14.880,00
27	12,0000	SERVICOS	47051	SIS. PONTO ELETRONICO LOCACAO DE SISTEMA DE PONTO ELETRONICO		1.800,0000	21.600,00
28	12,0000	SERVICOS	47052	SIS. ATENDIMENTO ESOCIAL LOCACAO DE SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ESOCIAL		1.000,0000	12.000,00
29	12,0000	SERVICOS	47053	SIS. COMPRAS LIC. CONTRATOS LOCACAO DE SISTEMA DE COMPRAS, LICITACOES E CONTRATOS		4.650,0000	55.800,00
30	12,0000	SERVICOS	47054	SIS. ALMOXARIFADO LOCACAO DE SISTEMA DE ALMOXARIFADO		1.600,0000	19.200,00
31	12,0000	SERVICOS	47055	SIS. DE PATRIMONIO LOCACAO DE SISTEMA DE PATRIMONIO		1.900,0000	22.800,00
32	12,0000	SERVICOS	47056	SIS. GERENCIAMENTO DE FROTAS LOCACAO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FROTAS		1.500,0000	18.000,00
33	12,0000	SERVICOS	47057	SIS. PROTOCOLO CONT. PROCESSOS LOCACAO DE SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS		1.500,0000	18.000,00
34	12,0000	SERVICOS	47058	SIS. CONTROLE INTERNO			

CONTINUA

AGP
GES5456
LVNCH0.005-864

MUNICIPIO DE PARA DE MINAS

33-4 Vencedores do Processo Compra - 2021

Pag. 0003
73 83 36
11 21 22

RELACAO DE PRODUTOS SELECIONADOS POR FORNECEDOR

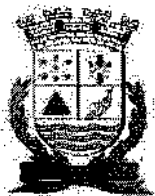
PROCESSO.: PR000301/21 PROCESSO DE LICITACAO GLOBAE LICITACAO: PRC 005121
FORNECEDOR: CMM SISTEMAS DE INFORMACAO E SERVICOS LTUA CODIGO: 20050 (RELATORIO POR ORDEM DE ESPECIALIDADE)

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	CODIGO	DISCRIMINACAO	COMPLEMENTO	VALOR UNIT. COTADO	VALOR COTADO
				LOCACAO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		1.000,0000	12.000,00
35	12,0000	SERVICOS	47059	SIS. TRIBUTACAO			
				LOCACAO DE SISTEMA DE TRIBUTACAO		8.500,0000	102.000,00
36	12,0000	SERVICOS	47060	SIS. PORTAL DO CIDADAO			
				LOCACAO DE SISTEMA DE PORTAL DO CIDADAO		1.700,0000	20.400,00
37	12,0000	SERVICOS	47061	SIS. GESTAO DE OBRAS			
				LOCACAO DE SISTEMA DE GESTAO DE OBRAS		1.600,0000	19.200,00
38	12,0000	SERVICOS	47062	SIS. INDICADORES DE GESTAO			
				LOCACAO DE SISTEMA DE INDICADORES DE GESTAO		800,0000	9.600,00
39	12,0000	SERVICOS	47063	SIS. DE CUSTOS			
				LOCACAO DE SISTEMA DE CUSTOS		800,0000	9.600,00
40	12,0000	SERVICOS	47064	SIS. PORTAL DA TRANSPARENCIA			
				LOCACAO DE SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARENCIA		2.250,0000	27.000,00
41	12,0000	SERVICOS	47065	SIS. DE GESTAO ESCOLAR			
				LOCACAO DE SISTEMA DE GESTAO ESCOLAR		19.400,0000	232.800,00
42	12,0000	SERVICOS	47066	SIS. GESTAO DA PROCURADORIA			
				LOCACAO DE SISTEMA DE GESTAO DA PROCURADORIA		1.690,0000	20.280,00
43	200,0000	HORA	47067	TREINAMENTO - SEDE CONTRATADA		80,0000	16.000,00
44	200,0000	HORA	47068	APOIO TEC. - SEDE CONTRATANTE			
				APOIO TECNICO NA SEDE DA CONTRATANTE		100,0000	20.000,00

ATENCAO: - Aguardar ORDEM de FORNECIMENTO para entrega do(s) produto(s) e emissao da NOTA FISCAL. VALOR TOTAL DOS PRODUTOS: 935.560,00

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS

Pamparo



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0122/2021, FIRMADO EM 15/06/2021, REFERENTE AO PREGÃO Nº 051/2021, ENTRE O MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA " CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ".

Tendo em vista o permissivo no art. 65 da Lei 8.666/93, as partes de comum acordo, resolvem aditar o contrato supracitado mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.ª – Fica reajustado o valor do contrato em epígrafe, conforme índice IPCA em 3,93% (três vírgula, noventa e três por cento), conforme solicitação e planilha da Contratada, autorização do Controle Interno e do Chefe do Poder Executivo, com efeitos retroativos à 15/06/2024.

CLÁUSULA 2.ª – Em razão do reajuste ocorrido fica estabelecido o valor deste Termo Aditivo em R\$ 43.525,70 (quarenta e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), e via de consequência o valor contratual fica alterado para R\$ 1.184.650,94 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA 3.ª – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram modificadas por este instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

Pará de Minas (MG), data da assinatura eletrônica.

SERGIO LUCIO



Sérgio Lúcio Cardoso
CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Elías Diniz
Prefeito
MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS
CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____
CPF: _____

2) _____
CPF: _____

Assinantes✓ **Renata Spíndola Mendonça de Lima**

Assinou em 07/08/2024 às 10:57:52 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Renata Spíndola Mendonça de Lima, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **Bruno Soares de Souza**

Assinou em 08/08/2024 às 09:28:28 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Bruno Soares de Souza, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

OEX

4G0

GPZ

56G

Assinantes

- ✓ **Andreia de Souza Reis Oliveira**
Assinou em 16/08/2024 às 14:00:51 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Andreia de Souza Reis Oliveira, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

- ✓ **Marina Leite Oliveira Heidenreich**
Assinou em 16/08/2024 às 14:28:43 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Marina Leite Oliveira Heidenreich, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

- ✓ **Elias Diniz**
Assinou em 16/08/2024 às 15:49:24 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Elias Diniz, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

7WL N84 E49 206



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023

O **MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO**, com sede na Praça Dr. Louis Ensck, 64, Centro, Coronel Fabriciano, MG, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº. 19.875.046/0001-82, representado pelo Prefeito Municipal, **MARCOS VINICIUS DA SILVA BIZARRO**, inscrito no CPF nº 687.262.440-04, portador da Carteira de Identidade nº MG-14.410.599, expedido pela SSP/MG, e pela Secretária de Governança de Gestão e Transparência, **LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO**, inscrita no CPF nº 054.889.176-16, portadora da Carteira de Identidade nº MG-10.271.274, expedido pela SSP/MG, pelo Secretário de Governança Financeira e Orçamentária, **WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA**, inscrito no CPF sob o nº. 921.905.376-49, portador da Carteira de Identidade nº. 6.767.410, expedida pela SSP/MG, pelo Secretário de Governança Educacional e Cultura, **CARLOS ALBERTO SERRA NEGRA**, portador da cédula de identidade MG-1.412.997, inscrito no CPF nº 227.372.356-34, e pelo Secretário de Governança da Saúde, **RICARDO CACAU MELO** inscrito no CPF nº 670.313.746-34, portador da Carteira de Identidade nº M-3. 763.768, expedido pela SSP/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.067.665/0001-07, com endereço na Avenida Rondon Pacheco, nº 1364, Setor Comercial 1, Bairro Morada da Colina, Uberlândia/MG, CEP: 38.411-001, representada neste ato por seu Sócio Administrador, **JANDSON PEREIRA TAVARES**, inscrito no CPF sob o nº 425.351.666-15, portador da cédula de identidade nº 12.783.164, expedida pela SSP/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Processo de Compra nº 149/2023, Processo Licitatório nº 150/2023, Pregão Eletrônico nº 017/2023**, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de locação de software integrado de sistemas de gestão para administração pública, compreendendo instalação de licenças de uso, configuração, parametrização, conversão de dados, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, com suporte técnico e treinamento presenciais, com serviço de computação em nuvem, conforme as características e especificações técnicas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e demais órgãos fiscalizadores, destinado a atender o Executivo do Município de Coronel Fabriciano/MG, tendo como fonte de receita: Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA
Assinado de forma digital por WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA
Data: 2023.12.20 17:18:58

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 - PROC. Nº 149/2023 - PL Nº 150/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
Assinado de forma digital por RICARDO CACAU MELO
Data: 2023.12.20 17:18:58

SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA
Página 1 de 16

LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO
Assinado de forma digital por LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO
Data: 2023.12.20 17:18:58





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

2.1. O preço global para os serviços e aquisição, objeto deste contrato, é o apresentado pela CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, que totaliza o valor de R\$ 3.450.800,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA E ENTREGA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 21 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no histórico de gestão do contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.1.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente deste contrato correrão pelas seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

01.04.01.04.122.0003.2160.3.3.90.40.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 0000 – FICHA: 1378;
01.02.01.04.122.0003.2146.3.3.90.40.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 0000 – FICHA: 1377;
01.14.10.10.122.0030.2787.3.3.90.40.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 1002 – FICHA: 810;
01.11.01.04.122.0003.2090.3.3.90.40.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 0000 – FICHA: 728;
01.09.01.12.122.0029.2390.3.3.90.40.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 1001 – FICHA: 592;
01.05.01.04.122.0003.2066.3.3.90.39.00 – FONTE: 1.500 – C.O.: 0000 – FICHA: 328.

LIDIANI
GOMES
MARTINS
DE
CARVALHO
054889178
16

Assinado de
forma digital
por LIDIANI
GOMES
MARTINS DE
CARVALHO
Data: 2023.12.21
16.3030-41707

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHDA-921905376
49

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
Data: 2023.12.21
16.3030-41707

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº. 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634
Data: 2023.12.21 16:30:30 -03'00'

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA
Página 2 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O faturamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo Setor Requisitante, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do CONTRATANTE.

5.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da cópia das guias de quitação de débitos relativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Prova de regularidade relativa à seguridade social - INSS.

5.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver em perfeita condição / execução ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

5.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

5.6. Os pagamentos referentes às etapas de trabalho, deverão ser realizados da seguinte forma:

5.6.1. 1ª ETAPA- LICENCIAMENTO DO CONJUNTO DE SISTEMAS: o pagamento deverá ser efetuado em 01 (uma) parcela após a emissão do "termo de aceite" correspondente a 100% (cem por cento) do valor total dos serviços em até 30 (trinta) dias do recebimento oficial do serviço. Será efetuado o pagamento por módulo, apenas dos que tiverem utilização comprovada por logs de registro. Razão pela qual a contratada deverá apresentar o detalhadamente os valores os módulos.

5.6.2. 2ª ETAPA- CONVERSÃO/ PARAMETRIZAÇÃO: o pagamento deverá ser efetuado em até 30 dias do recebimento oficial do serviço. E para efeito do recebimento do serviço de conversão de dados os mesmos deverão ser validados pelos usuários. Poderá haver o pagamento do processo de conversão dividido em 01 (uma) ou mais parcelas conforme cada módulo descrito seja convertido; e o Termo de Aceite emitido pelo CONTRATANTE.

5.6.3. 3ª ETAPA - TREINAMENTO: o pagamento deverá ser efetuado em 1 (uma) parcela após a emissão do "termo de aceite para os serviços prestados" após a medição, de cada treinamento efetivamente ministrado, pela Seção de Informática, em até 30 (trinta) dias do recebimento oficial do serviço.

5.6.4. 4ª ETAPA - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: o pagamento referente ao serviço de licença de uso/locação dos módulos deverá ser efetuado em parcelas mensais durante a vigência contratual, devendo a primeira parcela ser paga a partir do recebimento oficial da instalação dos módulos, conforme "Termo de Aceite" emitido pela Seção de Informática para tal finalidade. As parcelas de manutenção começarão a serem pagas no primeiro mês que os sistemas entrarem em produção efetiva, e

JOHAN GIMES MARTINS DE
CARVALHO 05/04/2018 17:18

Assinado de forma digital por
JOHAN GIMES MARTINS DE
CARVALHO 05/04/2018 17:18
Dados: 2018.12.21 16:31:26
-0100-

WANDER MARCOHOS
MOPERA
UFPA 02/19/2018 17:46

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 - PROC. Nº. 149/2023 - PL Nº 150/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA

Página 3 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

para efeitos de valores e pagamentos deverão ser considerados apenas os módulos dos sistemas implantados em produção, considerando-se, portanto, que as licenças de uso são modulares.

5.6.5. 5ª ETAPA – SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM: o pagamento referente ao serviço de computação em nuvem deverá ser pago mensalmente, devendo a primeira parcela ser paga em 30 (trinta) dias após o início do contrato e as demais sucessivamente até o final da vigência contratual.

5.7. As demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. CABERÁ AO CONTRATANTE

6.1.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para a entrega / execução do objeto;

6.1.2. Impedir que terceiros forneçam / executem o objeto;

6.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a entrega / execução do objeto;

6.1.4. Devolver / Rejeitar o objeto caso não apresentem condições adequadas;

6.1.5. Solicitar a substituição /correção do objeto, mediante comunicação a ser realizada pela Secretaria Requisitante;

6.1.6. Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento / execução do objeto, e interromper o mesmo se for o caso;

6.1.7. Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviço expedida pela Gerência de Compras deste órgão, o fornecimento / execução do objeto;

6.1.8. Efetuar o pagamento conforme especificado neste contrato;

6.1.9. As demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento / execução, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale refeição; vale transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;

6.2.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE;

LIDIANE GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:0548891
2616

Assinado de forma digital por
LIDIANE GOMES MARTINS DE
CARVALHO:05488912616
Data: 2023.12.21 14:51:44
CRLP

WANDER
MARCOS
MOURA
ULHOA:92190517649

Assinado de forma digital por
WANDER
MARCOS
MOURA
ULHOA:92190517649
Data: 2023.12.21
14:49:54 -03'00'

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA
Página 4 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

6.2.3. Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

6.2.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

6.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou aos patrimônios da mesma, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados, durante o fornecimento / execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

6.2.6. Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.2.7. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no referido Edital e neste contrato;

6.2.8. Não serão aceitos atrasos com a entrega / execução do objeto;

6.2.9. Apresentar relatório individual de cada módulo implantado, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida.

6.2.10. A implantação será considerada concluída, somente após a entrega do relatório individual de cada módulo implantado, devendo estar devidamente homologado pelos responsáveis dos respectivos setores. A partir do 30º (trigésimo) dia após a homologação do relatório individual, a contratada fará jus ao recebimento mensal dos valores de manutenção.

6.2.11. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, bem como orientações técnicas e recomendações visando o bom desenvolvimento das atividades no decorrer da execução do contrato.

6.2.12. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastante para representá-la perante a fiscalização da Secretaria de Governança de Gestão e Transparência;

6.2.13. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo CONTRATANTE.

6.2.14. Prover suporte remoto aos sistemas contratados, para fins corretivos e atendimento a dúvidas operacionais.

DIANI
OMES
ARTINS
E
ARVALH
:0548891
516

Assinado de
forma digital
por DIANI
OMES
GONZ
MARTINS DE
CARVALHO 516
85517816
Data: 2023.12.21
16:32:01 -03'00'

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
LHOA:97190537649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
LHOA:97190537649
Data: 2023.12.21
14:46:45 -03'00'

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº. 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA
Página 5 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

6.2.15. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a CONTRATANTE no decorrer da execução dos serviços.

6.2.16. Deverá apresentar relatório individual de cada área, fornecendo quinzenalmente o cronograma físico revisado, a fim de se estabelecer os pontos de controle na execução dos serviços.

6.2.17. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, devendo este relatório ser homologado pelas áreas contempladas no projeto, em meio físico, devidamente encadernado e em meio digital, bem como orientações técnicas e recomendações quanto às ocorrências detectadas no controle e ajustes necessários.

6.2.18. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por pelo profissional designado para a gestão do projeto.

6.2.19. Assumirá a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a CONTRATANTE;

6.2.20. Deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo CONTRATANTE.

6.2.21. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando executando os serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATADA;

6.2.22. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

6.2.23. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais;

6.2.24. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATADA;

6.2.25. Deverá designar um ou mais profissionais para realizar a geração e transmissão de arquivos de acompanhamento nos períodos pertinentes às obrigações pertinentes ao SICOM/TCMG, ao SISOP/TCMG e ao E-Social.

6.2.26. As demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

Assinado de
forma digital por
LIDIA H GOMES
MARTINS DE
CARVALHO
548891761
2023.12.21
16:59:03

Assinado de
forma digital por
RICARDO CACAU
MELO
67031374634
2023.12.21
16:59:03

Assinado de forma
física por: WANDER
RICONDES MOREIRA
10492190537649
2023.12.21
16:59:03

RICARDO CACAU
MELO-67031374634

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU MELO-67031374634
Data: 2023.12.20 17:20:23 -03'00'

CLÁUSULA SÉTIMA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº. 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA

Página 6 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

7.1. Gestores e Fiscais:

7.1.1. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança de Gestão e Transparência: como Gestor – o servidor Marcos Henrique Silva Bento, Matricula - 57407-7, Cargo: Gerente de Tecnologia da Informação, e como Fiscal - o servidor Rodrigo Vinicius Lopes de Carvalho, Matricula – 14122-5, Cargo: Técnico em Eletrônico II.

7.1.2. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança da Saúde, como Gestor – o servidor - Douglas Rodrigues da Silva, Matricula – 173.394, Cargo: Diretor de Departamento de Regulação e TFD, e como Fiscal – a servidora - Marcela Lane Reis de Carvalho, Matricula – 148.066, Cargo: TNS Enfermeira.

7.1.3. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança de Assistência Social: como Gestora - a servidora - Dalanne Cristine Rocha de Brito, Matricula – 574011, Cargo: Gerente de Gestão do SUAS, e como Fiscal – servidora – Taynar Romão da Silva, Matricula – 574296, Cargo: Chefe Administrativo Financeiro.

7.1.4. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança Educacional e Cultura: como Gestora - servidora – Rosane da Silva Franco Gonçalves, Matricula – 574014, Cargo: Coordenadora de Controle Orçamentário e Custeio, e como Fiscal – a servidora - Vanusa De Moura Muniz, Matricula – 169617, cargo: Oficial de Administração II.

7.1.5. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança Estratégia da Qualidade, Inovação, Tecnologia Sustentabilidade Econômica: como Gestor – servidor – George Souza da Silva, Matricula – 574160, Cargo: Diretor de Departamento de Estratégia de Qualidade, e como Fiscal – servidora – Mayara Livia Rodrigues Pinheiro Evangelista, Matricula – 574161, Cargo: Chefe da Sala Mineira e SINE Municipal.

7.1.6. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança Jurídica: como Gestor – servidor - Igor Luciano De Oliveira Christo, Matricula – 574331, Cargo: Coordenador de Controle Patrimonial Urbano e Meio Ambiente, e como Fiscal a servidora – Karen Kelly Pereira Medeiros, Matricula – 709121, Cargo: Oficial de Administração I.

7.1.7. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança Financeira e Orçamentaria: como Gestor – servidor - Geyser Amaro de Sousa, Matricula – 574328, Cargo: Gerente Tributário, e como Fiscal – servidor Fernando Henrique Barcelar, Matricula – 148065, Cargo: Oficial de Administração II.

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:054
88917616

Assinado de forma
digital por LIDIANI
GOMES MARTINS DE
CARVALHO:05488917616
Data: 2023.12.21
16:32:37 -03'00'

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA:92190537
649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
ULHOA:92190537649
Data: 2023.12.21
14:47:26 -03'00'

7.1.8. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança de Planejamento, Meio Ambiente e Habitação: como Gestor – servidor Luiz Gustavo Abreu Vieira, Matricula – 574233, Cargo: Gerente de Planejamento Urbano e Geo, e como Fiscal – servidora – Edna Miguel de Souza Reis, Matricula – 169588, Cargo: Oficial de administração II.

7.1.9. Gestor e Fiscal da Secretaria de Governança de Obras e Serviços Urbanos: como Gestor – servidor - Geraldo Magela do Carmo, Matricula – 574181, Cargo: Secretario Adjunto de Obras e Serviços Urbanos, e como Fiscal – servidor Pedro Paulo Souza, Matricula – 169580, Cargo: Oficial de Administração II.

7.2 O objeto será acompanhado e fiscalizado pelos funcionarios designados pelas Secretarias Requisitantes, como fiscais e gestores do contrato, na condição de representantes da CONTRATANTE

RICARDO CACAU

MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 – PROC. Nº 148/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

Assinado de forma digital por

RICARDO CACAU

MELO:67031374634

Data: 2023.12.20 17:20:40 -03'00'

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA

Página 7 de 18





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

7.3. Compete aos Gestores do contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

7.4. Compete aos Fiscais do contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas ao Secretário (a) Requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 228/2023 – PROC. Nº: 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU MELO:67031374634
Dados: 2023.12.20 17:20:57 -03'00'

Página 8 de 16

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:054
88917616

Assinado de forma
digital por LIDIANI
GOMES MARTINS DE
CARVALHO:054889176
16
Dados: 2023.12.21
16:33:23 -03'00'

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA:921905376
49

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
ULHOA:92190537649
Dados: 2023.12.21
14:47:43 -03'00'

RICARDO CACAU

MFO:67031374634





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

9.1. Os preços poderão ser reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.2. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 124, Alínea D, Inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

10.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei n.º 14.133/21

10.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado.

10.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:054
88917616

Assinado de forma digital
por LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:05488917616
Dados: 2023.12.21
16:33:43 -03'00'

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA:92190537
649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
ULHOA:92190537649
Dados: 2023.12.21
14:48:01 -03'00'

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº. 149/2023 – EL Nº 450/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634
SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA
Página 9 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Previsto no § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 Da Lei 14.113/21.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO.054
88917616

Assinado de forma
digital por LIDIANI
GOMES MARTINS DE
CARVALHO.05489176
16
Data: 2023.12.21
16:34:09 -03'00'

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA.92190537
649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
ULHOA.92190537649
Data: 2023.12.21
14:49:39 -03'00'

11.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 - PROC. Nº. 149/2023 - PL Nº. 150/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

Assinado de forma digital por

BONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA

RICARDO CACAU

Página 40 de 16

MELO:67031374634

RICARDO CACAU

MELO:67031374634





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

11.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.13. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.14. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.16. Os débitos do CONTRATADO para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

UDIANE COMES
MARTINS DE
CARVALHO:054889
17616

Assinado por UDIANE COMES
UDIANE COMES MARTINS DE
CARVALHO:054889 17616
Data: 2023.12.21 14:48:49

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
JLHOA:92190537649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
JLHOA:92190537649
Data: 2023.12.21
14:48:49 -03'00'

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 - PROC. Nº 149/2023 - PL Nº 150/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634
Data: 2023.12.20 17:21:57 -03'00'

SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA
Página 11 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:05488
917616

Assinado de forma digital
por LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:05488917616
Dados: 2023.12.21 16:34:57
+03'00'

12.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Indenizações e multas.

WANDER
MARCONDES
VIOREIRA
JLHOA:92190537649

Assinado de forma digital por
WANDER MARCONDES VIOREIRA
JLHOA:92190537649
Data: 2023.12.21 14:09:54
-03'00'

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 228/2023 – PROC. Nº. 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU
MELO:67031374634

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA
Página 12 de 18





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A CONTRATADA deverá prestar em favor do município de Coronel Fabriciano e antes da assinatura do contrato, garantia de cumprimento das obrigações principais e acessórias, equivalente a 2% (dois por cento) do valor total de cada contrato, corresponde ao importe de R\$ 69.016,00 (sessenta e nove mil, e dezesseis reais), com duração mínima de 12 (doze) meses em uma das seguintes modalidades:

13.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

13.1.2. Seguro-garantia.

13.1.3. Fiança bancária.

13.2. Se o instrumento de garantia escolhido for seguro-garantia e fiança bancária, nele deverão constar as seguintes condicionantes:

13.2.1. Que seja fornecida por instituição financeira com solidez reconhecida no mercado ou lastreada em títulos idôneos e líquidos;

13.2.2. Todos os custos da garantia, seja fiança, seguro ou caução deverão correr à conta do CONTRATADO;

13.2.3. Que o CONTRATANTE através de seu órgão contratante figure como entidade segurada/beneficiária da indenização constituída pela fiança/apólice/caução;

13.2.4. Deverá existir cláusula equivalente que estabeleça que a indenização seja paga ao beneficiário/segurado mesmo que o instituidor da caução/indenização/fiança não cumpra todas as condições estabelecidas;

13.2.5. Referência ao número do contrato a que se refere o instrumento de garantia;

13.2.6. Prazo de validade dos instrumentos de fiança/seguro/caução definido como: "até a extinção das obrigações do tomador/instituidor, no âmbito do referido contrato";

13.3. A não realização pela CONTRATADA das obrigações assumidas deverá ser estabelecida como causa suficiente para pagamento da fiança/caução/seguro;

LIDIANE GOMES
MARTINS DE
CARVALHO-054
88917616

Assinatura em nome digital
por LIDIANE GOMES
MARTINS DE
CARVALHO-054
Dados: 2023.12.21
16:35:17 -0300

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHDA-921905376
49

Assinatura de forma
digital por WANDER
MARCONDES MOREIRA
Dados: 2023.12.21
14:50:10 -0300

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 – PROC. Nº 1492023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2023

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU

SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA
Página 13 de 16





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

13.4. Caso o valor da garantia seja usado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados da data em que for efetivamente notificado pela CONTRATANTE.

13.5. A CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, bem como, nos casos decorrentes de inadimplemento contratual e de indenização por danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando da execução dos serviços.

13.6. A garantia deverá ter validade até o fim da vigência contratual, somente sendo liberada ante a comprovação de que não haja inadimplemento das obrigações contratuais e também das multas que venham a ser impostas à CONTRATADA.

13.7. Em caso de aplicação de multa, se o valor desta for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.8. O CONTRATANTE não pagará juros, nem correção monetária, sobre a garantia apresentada, exceto a caução depositada em dinheiro.

13.9. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme preceitua o artigo 82, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

14.1. Este contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico n.º 017/2023, cuja realização decorre da autorização do Prefeito Municipal, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ANEXOS

15.1. Constituem Anexos do presente contrato:

15.1.1. As especificações constantes do Anexo do Edital do Pregão Eletrônico n.º 017/2023;

15.1.2. A Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Coronel Fabriciano, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:054
88917616

Assinado de forma
digital por LIDIANI
GOMES MARTINS DE
CARVALHO:054889176
16
Dados: 2023.12.21
16:55:38 -0'00"

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
LUHOA:92190537
649

Assinado de forma digital por
WANDER MARCONDES MOREIRA
LUHOA:92190537649

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 – PROC. Nº 149/2023 – PL Nº 150/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

SONNER SISTEMA DE INFORMÁTICA LTDA

Página 14 de 16

RICARDO CACAU

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU MELO:67031374634

MELO:67031374634

Dados: 2023.12.20 17:23:09 -0'00"





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

14.2. Este contrato está pautado sobre as normas contidas na Instrução Normativa nº 005 de 21 de dezembro de 2022 que estabelece a Conduta e Integridade a ser observado pelos Servidores e Fornecedores de bens e serviços ao poder executivo Municipal de Coronel Fabriciano/MG, sendo este de ciência entre as partes contratantes.

14.4. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Coronel Fabriciano, 21 de dezembro de 2023.

MARCOS VINICIUS DA SILVA BIZARRO
PREFEITO MUNICIPAL

WANDER MARCONDES
MOREIRA

ULHOA:92190537649

WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA
SECRETARIO DE GOVERNANÇA FINANCEIRA
E ORÇAMENTARIA

Assinado de forma digital por
WANDER MARCONDES MOREIRA
ULHOA:92190537649
Dados: 2023.12.21 14:51:23
-03'00'

LIDIANI GOMES
MARTINS DE
CARVALHO:0548891761
6

Assinado de forma digital por
LIDIANI GOMES MARTINS DE
CARVALHO:05488917616
Dados: 2023.12.21 16:36:17
-03'00'

LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO
SECRETÁRIA DE GOVERNANÇA DE GESTÃO E
TRANSPARENCIA

Documento assinado digitalmente por
CARLOS ALBERTO SERRA NEGRA
Data: 23/12/2023 10:47:03 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CARLOS ALBERTO SERRA NEGRA
SECRETARIO DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL
E CULTURA

RICARDO CACAU
MELO:67031374634

RICARDO CACAU MELO
SECRETARIO DE GOVERNANÇA DA SAÚDE

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU MELO:67031374634
Dados: 2023.12.20 17:23:33 -03'00'

JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615

Assinado de forma digital por **JANDSON PEREIRA TAVARES:42535166615**
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, ou=37300983000191,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARBRASILCERTEC,
ou=RFB e-CPF A3, cn=JANDSON PEREIRA TAVARES:42535166615
Dados: 2023.12.20 15:32:06 -03'00'

SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
CONTRATADA

Laila Maciel de Andrade
MAT.: 705984

TESTEMUNHAS:

Juliana Sampaio F. Caldoncelli
MAT.: 173226

Visto (art. 38, da Lei 8666/93)
Denner-Franco Reis
Procurador-Geral do Município de Coronel
Fabriciano/MG





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ANEXO I

TABELA DE ITENS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 - PROCESSO Nº 149/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023 - PL Nº 150/2023

ITENS LIC.	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO DE SISTEMAS DE GESTÃO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, PRÉ EXISTENTES, ADEQUAÇÕES RELATIVAS A ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO MU CONTENDO OS SEGUINTE MODULOS: 1 - MÓDULO DE ALMOXARIFADO, 2 - MÓDULO DE APROVAÇÃO DE PROJETO, 3 - MÓDULO DE ARRECADAÇÃO TRIBUTARIA, 4 - MÓDULO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, 5 - MÓDULO DE ASSISTENICA SOCIAL, 6 - MÓDULOS DE BIBLIOTECAS, 7 - MÓDULOS DE CEMITERIOS, 8 - MÓDULOS DE COMPRAS, 9- MÓDULO DE CONTABILIDADE E TESOURARIA, 10 - MÓDULOS DE CONTRATOS E CONVENIOS, 11 - MÓDULO DE CONTROLE DE OBRAS, 12 - MÓDULO DE CONTROLE INTERNO, 13- MÓDULO DE EDUCAÇÃO, 14 - MÓDULO DE PROCESSOS JUDICIAIS, 15 - MÓDULO DE GESTÃO DA SAÚDE, 16 - MÓDULOS DE GESTÃO DE FROTAS, 17 - MODULOS DE LICITAÇÕES, 18- MÓDULOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, 19 - MÓDULO DE NOTAS FISCAL ELETRONICA, 20 - MÓDULO DE PATRIMONIO, 21- MÓDULO DE ORÇAMENTO, 22 - MÓDULO DE PROTOCOLO E GESTÃO DE DOCUMENTOS, 23 - MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, 24- MÓDULO DE OUVIDORIA, 25 - MÓDULO DE PORTAL DA TRANSPARENCIA, 26 - MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO, 27 - MÓDULO DE LEIS MUNICIPAIS, 28 - MÓDULO DE GESTÃO DE GABINETE, 29 - MÓDULO DE BI, 30 - MÓDULO DE GUARDA MUNICIPAL, 31 - APLICATIVOS PARA O CIDADÃO NA VERSÃO ANDROID E IOS, 32 - APLICATIVOS PARA OS USUÁRIOS DE SISTEMA NA VERSÃO ANDROID E APPLE.	SRV	12	R\$ 223.800,00	R\$ 2.685.600,00
2	TREINAMENTO PRESENCIAL ADICIONAL, DE ATÉ (2) HORAS, APÓS A ETAPA DE IMPLANTAÇÃO (SOB DEMANDA).	SRV	1.000	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
3	SERVIÇOS DE CONVERSÃO, MIGRAÇÃO E REPROCESSAMENTO DE DADOS PRÉ EXISTENTES.	SRV	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
4	SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM.	SRV	12	R\$ 25.600,00	R\$ 307.200,00
5	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PARA ADMISTRÇÃO PÚBLICA.	SRV	1	R\$ 278.000,00	R\$ 278.000,00
TOTAL				R\$ 3.450.800,00	

WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA:921905
37649

Assinado de forma
digital por WANDER
MARCONDES
MOREIRA
ULHOA:92190537649
Data: 2023.12.21
14:51:52 -03'00'

RICARDO CACAU

Assinado de forma digital por
RICARDO CACAU

MELO:67031374634

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/2023 - PROC Nº 149/2023 - PL Nº 150/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

SONNER SISTEMA DE INFORMATICA LTDA

Página 16 de 16

